



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**RELATÓRIO DE AUDITORIA DA GESTÃO Nº 0484589 - MPRR**

Item 2 do Anexo VI do Manual de Elaboração da Prestação de Contas de Gestão 2021, conforme Instrução Normativa nº 002/2017 – TCE/RR

**INTRODUÇÃO**

Em atendimento à Instrução Normativa nº 002/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, apresentamos o Relatório de Auditoria da Gestão do Ministério Público do Estado de Roraima relativo ao exercício de 2021.

**I. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL, COMPRAS E CONTRATOS, RECURSOS HUMANOS E FISCAL.**

**DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

O orçamento do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR) no exercício de 2021 somou R\$ 104.892.654,00 (cento e quatro milhões, oitocentos e noventa e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais) correspondendo a 10,5% a mais da dotação autorizada em 2020 (vide Quadro nº 1).

Das despesas previstas para 2021, foram empenhadas 99,9% e destas, 95,7% restaram liquidadas, representando uma variação de 11% se comparada ao desempenho das despesas em 2020 (vide Quadro nº 1).

Quadro nº 1 – Comparativo de Dotação Orçamentária, Despesas Empenhadas e Liquidadas

Ano	Dotação Orçamentária	Relação Dotação 2021/2020	Despesas Empenhadas	% Desp. Empenhadas	Despesas Liquidadas	% Desp. Liquidadas
2021	R\$ 104.892.654,00	10,5%	R\$ 104.842.287,72	11%	R\$ 100.369.868,84	11%
2020	R\$ 94.892.654,00	-	R\$ 94.554.660,18	-	R\$ 90.145.912,31	-

Fonte: Diretoria Orçamentária e Financeira

**DAS RECEITAS**

As receitas do MPRR em 2021 se originaram dos repasses financeiros efetuados pelo Governo do Estado de Roraima e da receita própria dos rendimentos de aplicações financeiras e ressarcimento de despesas que somaram R\$ 105.557.914,70 (cento e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, novecentos e quatorze reais e setenta centavos), vide Quadro nº 2.

Quadro nº 2 – Crédito Orçamentário e Receita Própria em 2021

<b>Descrição</b>	<b>Previsto</b>	<b>Recebido</b>
Crédito Orçamentário	R\$ 104.892.654,00	R\$ 104.892.654,00
Receita Própria	-	R\$ 665.260,70
<b>Total</b>	<b>R\$ 104.892.654,00</b>	<b>R\$ 105.557.914,70</b>

Fonte: Diretoria Orçamentária e Financeira

Vale ressaltar que não houve atraso no repasse. O crédito orçamentário foi liberado regularmente na sua totalidade até o final do exercício.

## DAS DESPESAS

A despesa total empenhada pelo MPRR alcançou o valor de R\$ 104.842.287,72 (cento e quatro milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, duzentos e oitenta e sete reais, setenta e dois centavos), que correspondeu a 100% do empenhamento em despesas correntes, conforme Quadro nº 3 abaixo.

Em 2021, não houve realização de despesas de capital com recursos do MPRR.

Quadro nº 3 – Despesas Correntes e de Capital empenhadas em 2021

<b>Despesas</b>	<b>Empenhadas</b>	<b>Sobre o total</b>
Despesas Correntes	R\$ 104.842.287,72	100%
Despesas de Capital	-	-
<b>Total</b>	<b>R\$ 104.842.287,72</b>	<b>100%</b>

Fonte: Diretoria Orçamentária e Financeira

Das despesas correntes empenhadas, 83% foram destinadas ao pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas e encargos sociais, perfazendo o valor de R\$ 86.822.797,10 (oitenta e seis mil, oitocentos e vinte e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e dez centavos).

No que se refere às despesas de custeio, como aquisição de material e prestação de serviço, foram empenhados R\$ 18.019.490,62 (dezoito milhões, dezenove mil, quatrocentos e noventa reais, sessenta e dois centavos), representando 17% das despesas correntes, segundo o Quadro nº 4 a seguir.

Quadro nº 4 – Detalhamento das Despesas Correntes empenhadas em 2021

<b>Despesas Correntes</b>	<b>Empenhadas</b>	<b>%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 86.822.797,10	83%
Outras Despesas Correntes (aquisição de material/serviço, auxílios, indenizações e outros)	R\$ 18.019.490,62	17%
<b>Total</b>	<b>R\$ 104.842.287,72</b>	<b>100%</b>

Fonte: Diretoria Orçamentária e Financeira

Embora o MPRR não tenha adquirido bens móveis com orçamento do exercício de referência, houve entrada de bens com recursos anteriores mais aqueles procedentes da transferência dos equipamentos comprados por meio do FUEMP.

Face a isto, registrou-se um saldo patrimonial em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 18.260.898,80 (dezoito milhões, duzentos e sessenta mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta centavos), 5% a mais do valor evidenciado no exercício anterior.

## **DAS COMPRAS E CONTRATOS**

Com o objetivo de suprir as necessidades do órgão no cumprimento da sua função ministerial, o MPRR autuou 34 (trinta e quatro) processos administrativos para aquisição de material/bem e contratação de empresa prestadora de serviços, sendo 6 (seis) procedimentos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico, 22 (vinte e duas) Dispensas de Licitação e 12 (doze) Inexigibilidades de Licitação.

No que tange às despesas liquidadas por modalidade de licitação e contratação direta, evidencia-se que 79% destas foram provenientes da modalidade – Pregão Eletrônico – no valor de R\$ 3.990.310,71 (três milhões, novecentos e noventa mil, trezentos e dez reais, setenta e um centavos), enquanto 21% dos gastos originaram-se de Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação, cujo montante foi de R\$ 1.085.791,79 (um milhão, oitenta e cinco mil, setecentos e noventa e um reais, setenta e nove centavos).

As contratações diretas foram devidamente fundamentadas na Lei nº 8.666/1993, 13.979/2020 e 14.065/2020, cujos dispêndios com prestação de serviços de tecnologia da informação e fornecimento de energia elétrica foram as despesas que mais performaram o valor empenhado.

Ademais, todo processo de aquisição de material, bem ou serviço, perpassa

ao exame da Comissão Permanente de Licitação e à análise da Assessoria Jurídica, antes da tomada de decisão pelo Ordenador de Despesas.

Em 2021, vigoram 127 (cento e vinte e sete) contratos administrativos/notas de empenho, cuja execução foi acompanhada por, no mínimo, um fiscal e um gestor para atestar seus aspectos operacionais, financeiros e administrativos.

Importa esclarecer que tanto os processos de aquisição, como os contratos administrativos firmados observaram as formalizações prescritas às leis nº 8.666/1993, nº 9.648/1998, nº 10.520/2002, nº 13.979/2020, dentre outras normas pertinentes.

## DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A atividade finalística deste Órgão Ministerial em 2021 foi desenvolvida por 53 (cinquenta e três) membros, sendo 10 (dez) Procuradores de Justiça e 43 (quarenta e três) Promotores de Justiça.

Concernente ao auxílio na atividade ministerial, o MPRR teve o apoio de 266 (duzentos e sessenta e seis) servidores e 35 (trinta e cinco) estagiários.

Do total de servidores em 31 de dezembro de 2021, 136 (cento e trinta e seis) eram efetivos e 130 (cento e trinta) comissionados.

Vale ressaltar que dos 166 (cento e sessenta e seis) cargos comissionados ocupados, 21% se encontravam preenchidos por servidores efetivos.

Em relação à força de trabalho de 35 (trinta e cinco) estagiários, 31 (trinta e um) de nível superior em direito laboraram nas promotorias de justiça em Boa Vista-RR e 4 (quatro) de nível médio estavam lotados nas promotorias de justiça dos municípios do interior do Estado de Roraima.

## DA GESTÃO FISCAL

Em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, foi publicado quadrimestralmente o Relatório de Gestão Fiscal no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais (Siconfi/STN), no Diário da Justiça Eletrônico, no Diário Oficial do Estado e no Portal da Transparência do MPRR.

Inferre-se dos Relatórios de Gestão Fiscal publicados que o comportamento da despesa com pessoal perante a Receita Corrente Líquida em 2021 seguiu abaixo dos limites prudencial e máximo, de 1,90% e 2,00%, respectivamente, estabelecidos na Lei nº 101/2000.

<b>Relatório de Gestão Fiscal</b>	<b>Data de Publicação (Diário de Justiça Eletrônico)</b>	<b>%</b>
1º Quadrimestre	24/05/2021	1,43
2º Quadrimestre	20/09/2021	1,46
3º Quadrimestre	27/01/2022	1,34
<b>Limite de Alerta (incisos II do §1º do art. 59 da LRF)</b>		<b>1,80</b>

<b>Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>1,90</b>
<b>Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>2,00</b>

Ainda em cumprimento às normas supracitadas, foi elaborado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e encaminhado bimestralmente à Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima para consolidação e publicação.

## **II. IRREGULARIDADES CONSTATADAS QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO**

Não houve irregularidades constatadas que resultaram em dano ao erário.

## **III. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS INTERNAS ADOTADAS PARA RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO**

Não houve adoção de medida administrativa, visto que não se verificou dano ao erário.

## **IV. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS INSTAURADAS**

Não houve instauração de Tomada de Contas no exercício de referência.

## **V. DELIBERAÇÕES DO TCERR ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

Não houve deliberação do TCERR que necessitasse de atendimento.

## **VI. DELIBERAÇÕES DO TCERR PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

Não houve deliberação pendente de atendimento ao final do exercício de referência.

## **CONCLUSÃO**

Examinados os atos de gestão por esta unidade de Controle Interno, avaliamos que as atividades desenvolvidas em 2021 pelo MPRR nas áreas Orçamentária, Financeira, Patrimonial, Compras e Contratos, Recursos Humanos e Fiscal sucederam com regularidade e estrito cumprimento da legislação vigente, outrossim, não houve ocorrência de dano ao erário ou deliberações do TCERR pendentes de atendimento no exercício de referência.



Documento assinado eletronicamente por **MARY MAURA MACEDO LOPES, Coordenador de Controle Interno**, em 28/03/2022, às 08:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0484589** e o código CRC **02814CA2**.

